

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROEJA:
ALGUMAS REFLEXÕES**

MONOGRAFIA

Joana Andrea Saciloto Cavalheiro

**Santa Maria, RS, Brasil.
2011**

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROEJA: ALGUMAS REFLEXÕES

Joana Andrea Saciloto Cavalheiro

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em PROEJA**

Orientador: Dra. Soraia Napoleão Freitas

**Santa Maria, RS, Brasil,
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação – Especialização em Educação
Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação
de Jovens e Adultos – PROEJA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROEJA: ALGUMAS REFLEXÕES

elaborada por

Joana Andrea Saciloto Cavalheiro

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em PROEJA

Comissão examinadora:

Soraia Napoleão Freitas, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Liliana Soares Ferreira, Dra. (UFSM)

Roselene Pommer, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS, Brasil, 2011.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na
Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A educação inclusiva no PROEJA: algumas reflexões

AUTORA: Joana Andrea Saciloto Cavalheiro
ORIENTADORA: Dra. Soraia Napoleão Freitas
Santa Maria, RS, Brasil

O presente estudo aborda a proposta do PROEJA, objetivando evidenciar o processo inclusivo nesta modalidade de educação e sua interferência na qualidade de vida dos educandos. Caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, este estudo busca subsídios em teóricos que abordam o assunto, tais como: Freire (1979, 1987, 1997), Gil (2002), Senra, (2008), Nóvoa (1991), entre outros. O PROEJA propõe trazer para a escola a vivência do aluno trabalhador e utilizar na prática diária de sala de aula as experiências deste alunado, a fim de integrar escola e sociedade. Embora políticas públicas estejam sendo implementadas com vistas a atingir esse propósito, persiste o desafio de manter os jovens e adultos nas escolas e fazê-los perceber que, com a educação, podem garantir seu lugar na sociedade e melhorar sua qualidade de vida. Para tanto, são necessários avanços na direção das mudanças e comprometimento de todos os setores envolvidos no processo educacional.

Palavras-chave: Inclusão; PROEJA; Ensino de qualidade; Qualidade de vida.

RESUMEN

Monografía de Especialización
Curso de la Especialización en Educación Profesional Integrada a la Educación en la
Modalidad Educación de Jóvenes y Adultos – PROEJA
Universidad Federal de Santa Maria, RS, Brasil

La educación inclusiva en PROEJA: algunas reflexiones

AUTORA: Joana Andrea Saciloto Cavalheiro
ORIENTADORA: Dra. Soraia Napoleão Freitas
Santa Maria, RS, Brasil

Este estudio enfoca la propuesta del PROEJA, con el objetivo de evidenciar el proceso de inclusión en esta modalidad de educación y su interferencia en la calidad de vida de los estudiantes. Caracterizado como pesquisa bibliográfica, este estudio busca subsidios, en teóricos que abordan el tema, como: Freire(1979, 1987), Nóvoa (1991), Gil(2002), Senra(2008) y otros. El Proeja propone traer a la escuela la vivencia del estudiante que trabaja y utilizar en la práctica diaria, en clase, las experiencias de esos alumnos, con la finalidad de integrar escuela y sociedad. Aunque políticas públicas sean implementadas, con vista a alcanzar ese propósito, persiste el desafío de mantener los jóvenes y adultos en la escuela y hacerlos comprender que, con la educación, pueden garantizar su lugar en la sociedad y mejorar su calidad de vida. Para tanto, se necesita avanzar en la dirección del cambio y el compromiso de todos los sectores involucrados en el proceso educativo.

Palabras-claves: Inclusión; PROEJA; Enseñanza de Calidad; Calidad de Vida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	09
2. REFLETINDO SOBRE O PROEJA E AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS.....	15
3. O PROCESSO INCLUSIVO E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS NO PROEJA.....	21
4. FORMAÇÃO DOCENTE NO PROEJA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

Fala-se muito em uma mudança social, mas acredita-se que esta só será possível com uma sociedade mais justa, com direitos iguais para todos, sobretudo no que diz respeito ao acesso ao conhecimento. No campo da educação, percebe-se na atualidade uma necessidade crescente de encontrar caminhos para um salto de qualidade. No entanto, o resultado tão esperado dessa busca só pode ser atingido partindo-se de uma ação conjunta, de um esforço coletivo de todos os envolvidos no processo educacional.

Há muitos anos as políticas públicas vêm passando por transformações em busca da qualidade do ensino público, e um exemplo disso é a instituição do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Este programa de ensino propõe trazer para a escola a vivência do aluno trabalhador e usar na prática diária de sala de aula as experiências deste alunado a fim de integrar escola e sociedade.

De acordo com as ideias de Paulo Freire, "Escola é o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos. Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima" (Freire, 1997). Em face disso, esta pesquisa realizou-se justamente com fim de refletir sobre a influência do PROEJA na vida dos jovens e adultos que estão fora da escola e do mercado de trabalho. Além disso, buscou-se verificar como a escola está se preparando para receber estas pessoas e mantê-las no ambiente escolar, considerando-se o PROEJA da perspectiva de uma educação inclusiva.

A educação inclusiva abrange aqueles alunos reconhecidos como portadores de necessidades especiais: pessoas com alguma limitação que as impede de ter participação plena na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Jovens e adultos que há muito tempo estão fora da escola normalmente apresentam uma série de dificuldades, não só quando resolvem retomar os estudos, mas também quando decidem conquistar um espaço no mundo do trabalho. Diante dos obstáculos que enfrentam para inserir-se socialmente, estes jovens e adultos

não deixam de comportar características “especiais”, pois necessitam de um tratamento diferenciado para que consigam superar as dificuldades e desenvolver seu potencial.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral evidenciar o processo inclusivo no PROEJA e a interferência deste programa na qualidade de vida das pessoas. Os objetivos específicos que surgem a partir desta problemática são: resgatar a trajetória histórica da inclusão no Brasil; refletir sobre a instituição escolar como espaço de acolhida às diferenças e como instrumento para o processo inclusivo; e identificar os programas educacionais nacionais, no âmbito federal, voltados para o atendimento de alunos fora da idade escolar. Neste sentido, a questão norteadora deste estudo é: como o processo inclusivo no PROEJA interfere na qualidade de vida das pessoas? Deste modo, a pesquisa delimita-se com foco na educação inclusiva no âmbito do PROEJA.

Este estudo realizou-se sob a forma de pesquisa exploratória descritiva com abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa é a mais recomendada para o caso em questão, uma vez que se preocupa com o processo investigativo como um todo, constituindo uma investigação detalhada e interpretativa do objeto em estudo. Segundo Silva e Menezes, a abordagem qualitativa,

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (2001, p. 20)

Em consonância com Silva e Menezes, Borgdan (apud Triviños, 1987) reforça que a pesquisa qualitativa busca um olhar cauteloso dos fatos observados, visto que uma análise interpretativa perpassa pela subjetividade do indivíduo, o qual não pode se deixar levar por intenções ou verdades, mas pelos dados coletados.

A pesquisa bibliográfica é, assim, necessária, pois subsidia o conhecimento teórico do pesquisador, embasa o trabalho, apresenta estudos já realizados sobre o tema e contribui para um novo estudo. De acordo com Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, impressos ou eletrônicos.

Este trabalho está subdividido em quatro partes. No primeiro capítulo faz-se um resgate histórico, pelo viés da política, do modo como se deu a inclusão no Brasil, buscando embasamento nas leis que regem nossa Constituição. No segundo capítulo, busca-se observar como as escolas estão se preparando para receber os alunos com necessidades especiais e se elas oferecem um atendimento diferenciado para que esses alunos cheguem à escola e ali permaneçam, se as instituições dão condições para que essa permanência realmente aconteça. No terceiro capítulo, verificam-se quais as propostas do governo para atender o público que está fora da idade escolar e dar condições para que possam competir no mercado de trabalho com os demais estudantes, tendo em vista a proposta do PROEJA. E finalmente, no quarto capítulo, evidencia-se a importância da formação continuada para o trabalho do professor em escola de PROEJA, considerando a inclusão em nossas escolas e a necessidade de preparo para lidar com essas novas modalidades.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Há várias décadas o Brasil vem se preocupando com um atendimento educacional diferenciado para aqueles alunos com necessidades especiais, como aqueles que estão fora do “padrão” verificado em nossas escolas. No ano de 1996, no âmbito das políticas federais, outorgou-se a LDB 9394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –, que demonstra a preocupação não só de apresentar uma educação de qualidade, mas também de inserir ou dar condições para o aluno possa buscar sua inserção no mercado de trabalho. Segundo a LDB 9394/96,

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desta forma, a lei demonstra preocupação com a qualificação profissional, uma vez que é responsabilidade também da educação dar condições e preparar o sujeito para usar sua vivência e suas experiências no mercado de trabalho, possibilitando assim a melhoria de sua qualidade de vida.

As escolas devem buscar a igualdade de condições não só para que todos tenham acesso ao ensino, incluindo aqueles que trabalham ou estão fora da idade apropriada, mas sobretudo para que os estudantes permaneçam no ambiente escolar. No entanto, na maioria das vezes, a escola não logra dar essas condições, demonstrando desconhecer a realidade do educando e estar bem aquém de suas expectativas.

A LDB 9394/96 prevê:

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola [...].

A oferta educacional para esta categoria de alunos deve ser diferenciada, levando em conta as especificidades da realidade social destes sujeitos, para que se sintam motivados a aprender e percebam a relação destas aprendizagens com suas vivências e experiências profissionais. O professor precisa estar atento a estes aspectos, considerando, no seu planejamento, as expectativas destes alunos.

Todavia, nosso sistema de ensino apresenta dificuldades para lidar com a inclusão, deixando claro que ainda há muitos desafios a serem vencidos para que realmente ocorra a inserção do aluno com necessidades especiais na escola. Por exemplo: como falar em “inclusão” se os alunos estão muitas vezes excluídos em classes “especiais”? Não é raro vermos alunos que apresentam alguma dificuldade ou que estão fora da idade apropriada para sua série serem encaminhados para estes espaços de segregação. Diante disso, passa-se a pensar em uma mudança nas escolas com vistas a atender, com qualidade, a *todos*, independentemente de suas condições pessoais; afinal, já faz anos que se luta para que a escola deixe de ser o lugar de uma minoria privilegiada, e a sociedade desempenha um papel fundamental nos debates a fim de reverter esse quadro.

Para tentar suprir os déficits da educação, foi criada pela Secretaria de Educação Especial, e entregue ao Ministro da Educação no dia 7 de janeiro de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Elaborada por um grupo de trabalho formado por professores com conhecimento na área da educação inclusiva, a proposta visa a uma educação de qualidade para todos os alunos, com vistas a diminuir o fracasso escolar. Nesse documento, apresenta-se de início um histórico das principais políticas públicas nesta área.

Anteriormente, a educação especial era caracterizada como substitutiva do ensino regular, e os alunos com necessidades educacionais específicas recebiam atenção em escolas especiais ou em classes especiais dentro da escola comum, não sendo necessária a inserção desses alunos na escola regular. Posteriormente, esta situação foi se transformando, devido à busca da sociedade por melhores condições e direitos igualitários. A partir de então se começa a falar de uma educação inclusiva.

No Brasil, a primeira instituição criada para atender pessoas com deficiências foi o Instituto Benjamin Constant (IBC), que, quando de sua criação, na época do Império, tinha o nome de O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, tendo iniciado suas atividades em 1854. Em 1857, foi criado o Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), antigamente chamado de Instituto dos Surdos. Ambas as instituições estavam situados na cidade do Rio de Janeiro. Em 1926, é fundado o Instituto Pestalozzi, especializado no atendimento a pessoas com deficiências mentais. Já em 1954, foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, Lei nº 4.024/61, instituiu o direito do excepcional à educação, preferencialmente no sistema regular de ensino. Mesmo assim, o sistema de ensino e as escolas não se sentiam preparadas para dar condições de atendimento aos alunos com deficiência, e assim os encaminhavam a instituições especializadas ou os mantinham em classes especiais dentro da escola.

Em 1988, nossa Constituição Federal traz como um de seus objetivos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). Com isso, independentemente de ser deficiente ou não, todos passaram a ter o mesmo direito perante a lei, sem distinção. No artigo 205, a educação é tratada como um direito de todos, garantido o pleno desenvolvimento, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. O artigo 206, inciso I, estabelece “igualdade de condições e permanência na escola”, e o artigo 208, inciso III, garante, como dever do estado, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/90, artigo 55, coloca à família a obrigatoriedade de matricular seus filhos na escola regular: “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Junto com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), redigida em Jomtien, Tailândia, menciona o “oferecimento de ambiente adequado à aprendizagem”, e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, ocorrido em Salamanca, Espanha, coloca também: “reafirmação do direito à educação de cada indivíduo”, “respeito às diferenças individuais entendidas como características naturais dos seres humanos”, “escola aberta à diversidade”, “escola para todos” – a escola inclusiva, onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. Esses documentos passam a influenciar a formulação das políticas de educação especial no Brasil.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, que orienta a integração dos alunos que têm condições de acompanhar no mesmo ritmo os alunos ditos “normais” nas classes comuns do ensino regular. Isso não provoca uma mudança significativa no sistema de ensino, já que muitas vezes estes alunos

possuem um ritmo diferenciado de aprendizagem, necessitando de maior tempo e atenção do professor. Por isso, em sua maioria, estes alunos continuaram frequentando as classes especiais ou escolas especiais.

Segundo a Lei Federal de Diretrizes e Bases, Lei nº 9394/96, os serviços de apoio especializado aos alunos com necessidades especiais devem estar presentes no projeto político pedagógico das escolas, e estas devem oferecer um atendimento de qualidade para esses alunos, e não simplesmente vagas para que estes sejam inseridos na classe comum.

Em 1999, o Decreto nº 3298, que regulamenta a lei 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade para todos os níveis de ensino, complementando o ensino regular.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL/MEC/SEESP,2001).

A Resolução CNE/CP nº 1/2002, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular uma educação que prepare para o convívio com a diversidade, preparando também para o trabalho com alunos portadores de necessidades especiais.

Em 2003, é criado o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, para promover a formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros, dando condições para uma educação inclusiva onde todos tenham o direito à educação de qualidade, com um atendimento educacional especializado (AEE). Acredita-se que seja relevante esta formação de professores e gestores; no entanto questionam-se os resultados atingidos, uma vez que não basta a formação sem um acompanhamento na implementação da proposta de educação inclusiva nas escolas.

Em 2004, é divulgado pelo Ministério Público Federal o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, dando a conhecer à população os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão e mostrando a importância e os benefícios de estarem juntos os alunos com e sem deficiências nas classes comuns do ensino regular.

De acordo com o exposto na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, a educação inclusiva tem os seguintes objetivos:

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14)

Estas políticas subsidiam um trabalho na perspectiva da educação inclusiva, mas também podem se relacionar com a educação de jovens e adultos, já que estes sujeitos necessitam de uma atenção diferenciada, tanto nas práticas pedagógicas, quanto no acompanhamento da sua qualificação para o ingresso no mercado de trabalho. Nossas escolas estão se adaptando ao aluno que é recebido, buscando dar a esse aluno, além do ensino de qualidade, as condições para que, mesmo com suas diferenças, ele possa se inserir no mercado de trabalho e melhorar sua qualidade de vida.

A sociedade em geral sente a necessidade cada vez maior de buscar soluções para aprimorar o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino. Sendo assim, devemos dar aos nossos alunos as condições necessárias para que concluam seus estudos, respeitando suas individualidades e diferenças, pois a educação especial tem como escopo garantir que pessoas com limitações ou dificuldades de qualquer natureza tenham acesso à educação e permaneçam na escola. No mesmo sentido, alunos jovens e adultos, dentro de suas especificidades, também precisam ser respeitados. É necessário permitir que o processo de educação inclusiva seja realizado, a fim de colaborar com a inserção de *todos os alunos*, tanto no meio social quanto no mercado de trabalho.

REFLETINDO SOBRE O PROEJA E AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

Dentro das perspectivas do PROEJA, tem-se o documento base do Programa, originário do Decreto 5.478 de 24/06/2005, denominado inicialmente de Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Em 2006 foi revogado o Decreto nº 5.478/2005 e promulgado o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, com necessidades de mudanças. Uma delas foi a inclusão do ensino fundamental, que poderia ser oferecido por entidades federais, estaduais e privadas, passando o programa a chamar-se Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Consolida-se assim a preocupação de inserir os educandos no mundo do trabalho, com uma formação plena, sempre considerando as necessidades do aluno trabalhador, bem como o tempo e espaço diferenciado para essa aprendizagem. Para isso a escola deve ser parte integrante da sociedade em que está inserida, a fim de participar de uma política de inclusão emancipatória, necessária para que este aluno possa atuar efetivamente nos processos sociais, tendo uma formação integral, como consta na proposta de governo:

Estão na base dessa proposta o reconhecimento, respeito e diálogo com o saber do aluno trabalhador; o que pressupõe o acatamento de tempos e espaços de aprendizagem diferenciados, bem como processos contínuos de construção coletiva de conhecimentos. Para tanto é preciso a compreensão da escola como instituição integrante e atuante nas dinâmicas sociais, não alheia às vocações produtivas e potencialidades de desenvolvimento regional, envolvida em ações de sustentabilidade sócio-cultural-econômica-ambiental. (BRASIL/MEC, 2007b, p. 5)

É, portanto, de suma importância a escola estar inserida na comunidade e sentir-se parte dela, conhecendo seus alunos e levando em conta seus interesses e necessidades na hora de fazer os seus planejamentos.

Propiciar a esse público o acesso a serviços e produtos culturais de que até então foram privados, respeitando os saberes construídos em suas trajetórias, permitindo a organização da reflexão e de estruturação de possibilidades de interferências na realidade é fator de democratização e justiça distributiva. (BRASIL/MEC, 2007b, p. 6)

A escola deve fazer a diferença, mostrar para o seu aluno a importância da educação e a necessidade de ir em busca de uma maior qualificação, que favoreça sua inserção no mundo do trabalho, colaborando assim para melhorar sua qualidade de vida. É função do professor motivar o aluno a aprender, afinal a maioria dos alunos que ali se encontram precisam trabalhar e, quando chegam à escola, já estão cansados, sem vontade de estudar, muitas vezes por não terem certeza acerca da importância da aprendizagem para a sua vida, ou da diferença que ela poderá fazer.

Os alunos das classes populares, que são maioria fora da idade escolar, necessitam de um estímulo ainda maior para não abandonar a escola, devido à necessidade inarredável de trabalhar para ajudar nas despesas domésticas, e muitas vezes esses jovens deixam de frequentar a escola justamente em função do horário incompatível com seu trabalho. Isso mostra que, apesar de todos terem direito garantido ao ensino fundamental público e gratuito, constitucionalmente reconhecido, isso não significa que este ensino esteja de fato assegurado. A baixa escolaridade da população continua sendo um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos governos e pela sociedade em geral, e o que ainda se observa são as desigualdades da estrutura social brasileira repercutirem nas salas de aula.

É certo que o problema educacional no Brasil tem suas raízes em questões sociais e econômicas, mas cabe à escola e ao professor tentar minimizar esse problema. Todavia, inúmeras vezes produzimos uma escolaridade insuficiente para os jovens e adultos que permanecem na escola, e excluímos dela um número significativo de alunos que deixam de completar o ensino médio. Muitos alunos iniciam os cursos de alfabetização, mas apenas uma minoria consegue chegar aos níveis subsequentes. Com isso vão sendo produzidos os “analfabetos funcionais”, aqueles que passaram pela escola, mas não desenvolveram competência de leitura e escrita suficiente para usar no seu dia-a-dia.

A preocupação em estabelecer uma relação entre educação e trabalho é recente e deveu-se à necessidade de o trabalhador ter uma formação mais sólida, para uma mão-de-obra mais qualificada. O PROEJA vem com o propósito de tornar mais atrativo e de qualidade o ensino, desde o nível fundamental (a nível de governo estadual) até o médio, para aqueles alunos fora da idade escolar, a fim de que permaneçam na escola. O programa visa a dar condições para que esses jovens avancem e desenvolvam um pensamento crítico e autônomo, capaz de prepará-los para enfrentar os desafios da atualidade dentro e fora da escola.

Por isso os currículos devem ser pautados nas reais necessidades dos sujeitos, com estratégias e organizações diferenciadas para essa parcela da população. A escola deve se adaptar ao cotidiano destes jovens e adultos, mantendo uma sintonia com a rotina de vida deles. Como nos diz Freire, devemos escutar o outro, para poder compreendê-lo.

[...] o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fossem os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta pacientemente e criticamente o outro, fala com ele mesmo que em certas condições precise falar a ele. (FREIRE, 1997, p. 128)

A habilidade de leitura e escrita e os conhecimentos matemáticos elementares, exigências sociais mínimas para que o jovem tenha acesso a melhores oportunidades, requerem, para sua aquisição, um processo de aprendizagem mais abrangente, para além das atividades estritamente escolares. É preciso que estes conhecimentos sejam relacionados como o contexto do aluno, a fim de possibilitar a sua utilização nas práticas sociais e no cotidiano do jovem trabalhador. A questão crucial é, portanto, como estabelecer essa relação e implementar as políticas públicas de modo a efetivar um ensino com essas características.

O PROEJA seria a possibilidade de disponibilizar ao aluno um curso técnico junto à educação básica com 3 anos duração, promovendo uma educação integrada e com qualidade. Assim, ampliam-se as oportunidades de qualificação e as perspectivas de continuidade de estudos a pessoas que tiveram a escolaridade interrompida, fato este que limita a inserção no mundo do trabalho e na vida social.

É, portanto, fundamental que uma política pública estável voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade. (BRASIL/MEC, 2007a, p. 11)

Para atingir os objetivos desta modalidade educacional, toda a comunidade deve participar da elaboração do currículo no PROEJA, num trabalho contínuo junto com professores, gestores, alunos, servidores, uma vez que só assim se conseguirá um currículo integrado que leve em conta as necessidades dos alunos. Antes de ser uma proposta, o currículo deve se construir a partir de conversas constantes com a comunidade, cujos anseios e desejos devem ser expressos claramente para melhor

escolha dos temas a serem trabalhados, os quais devem se tornar temas orientadores de todas as disciplinas, com práticas atrativas para o público que se deseja alcançar.

Como diz Paulo Freire, “O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela” (FREIRE, 1979, p. 28). Portanto, é o sujeito que deve vir em primeiro lugar, juntamente com seus anseios e diferentes saberes, e estes devem ser valorizados e estar em primeiro plano quando se pensa em elaborar um projeto político-pedagógico integrador, que contemple os interesses de todos os alunos, suas diferenças e individualidades, pois cada ser é único e inacabado. Nesta perspectiva, pensa-se sempre em uma formação integral do educando, reunindo a teoria à prática, o que deve ser evidenciado no projeto político pedagógico da instituição.

Esta proposta tem em vista preparar o educando para enfrentar o mundo do trabalho, conferindo-lhe também a chance de continuar os seus estudos e buscar uma vaga em um curso superior. Devemos lembrar que o aluno do PROEJA é aquele que está fora da escola ou que repetiu muitas vezes a mesma série, sendo frequentemente considerado como um excluído do sistema educacional. Nesse sentido, necessita de um currículo flexível e diferenciado, que não o deixe desanimar e mostre caminhos que o levem a acreditar no seu potencial; é preciso lembrar esse aluno de que ele tem condições para concorrer na busca de uma maior qualificação e melhores condições sociais.

O professor que pretende trabalhar com esta clientela deve ter consciência de que está comprometido com a realidade destes jovens e adultos, e deve tentar buscar métodos diferenciados para motivar os que estão ali em busca da aprendizagem e de uma melhor qualidade de vida.

Não é possível compromisso verdadeiro com a realidade, e com os homens concretos que nela e com ela estão, se desta realidade e destes homens se tem uma consciência ingênua. Não é possível um compromisso autêntico se, àquele que se julga comprometido, a realidade se apresenta como algo dado, estático e imutável... (FREIRE, 1979, p. 21)

As partes envolvidas nesta proposta devem estar não isoladas, mas em sintonia, em interação, para assim tentarem atingir os objetivos estabelecidos no currículo integrador do PROEJA, onde a educação básica deve estar integrada com a educação profissional, e não agindo isoladamente. Os profissionais devem estar

em busca constante de uma formação continuada, estando sempre dispostos a aprender, pois é através destas atividades formativas que podemos trocar experiências com pessoas envolvidas com a mesma proposta e nos fortalecer e renovar para trabalhar por nossos objetivos.

A avaliação, dentro desta perspectiva, deve se dar de forma contínua e sistemática, de modo a não reforçar o fracasso do educando nem a exclusão. É importante que o processo avaliativo aponte caminhos a serem trilhados na busca de uma melhor qualificação, mas é também necessário que permita ao aluno perceber o que já conquistou nesse percurso, a fim de que reconheça a possibilidade de alcançar o sucesso.

Para uma formação humana, é fundamental que o sujeito reconheça o limite da situação de opressão vivida, do temor de ser mais, para querer ousar ser mais, para que encontre os caminhos de seu progresso, de sua libertação. A percepção da realidade a partir de atos de avaliação acolhedores, processuais, formadores pode contribuir para que os objetivos da ação educativa produzam resultados diferentes. (BRASIL/MEC, 2007a, p. 54)

Estes alunos que estão no PROEJA, em sua maioria, já têm um histórico de fracasso escolar; por isso a avaliação não deve ser mais um meio de promover este fracasso, e sim constituir um instrumento para que o educando supere suas dificuldades e encontre soluções para os problemas que se colocam entre ele e a realização de seu objetivo, seja este a qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho, seja a continuação de sua formação em um curso superior.

Neste sentido, a avaliação precisa considerar os aspectos individuais do sujeito, valorizando os seus potenciais de aprendizagem, os conhecimentos prévios que ele traz em sua bagagem, a fim de incluí-los em um sistema educacional e social mais amplo, na proposta de uma educação que considere as diferenças. Assim, acredita-se que uma educação inclusiva, pensada a partir de pressupostos de qualidade e não somente de permanência na escola, pode contribuir para a melhoria da vida destas pessoas.

O PROCESSO INCLUSIVO E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS NO PROEJA

Nossas escolas deveriam preocupar-se em acolher os alunos de uma forma igualitária, respeitando as peculiaridades individuais, para que todos se sentissem inseridos, tanto na sala de aula como fora dela. No entanto, uma comunidade trabalhando junto em prol da educação continua sendo um ideal, pois, ainda que muitos avanços tenham ocorrido, estamos longe desta tão sonhada instituição de ensino, que esteja pronta para receber a todos e mantê-los, sem distinção de cor, idade, raça, credo, capacidades ou classe social: uma escola inclusiva.

Lidar com as diferenças sem transformá-las em desigualdade é um dos grandes desafios dos educadores na atualidade, e esta deveria ser a proposta vigente em nossas escolas. Todavia, isso nem sempre se verifica na prática. Ter o aluno dito “diferente” simplesmente ali presente, sem que se faça um trabalho diferenciado para dar-lhe condições de avançar na aprendizagem em condições iguais ou semelhantes aos demais ditos “normais”, é um atraso neste processo “inclusivo”.

Como consta no documento do Fórum Mundial de Educação, ocorrido em Dakar, Senegal, entre os dias 26 e 28 de abril de 2000, os governos presentes na reunião declararam em consenso que:

toda criança, jovem ou adulto tem o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. É uma educação que se destina a captar os talentos e o potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar sua sociedade. (UNESCO, CONSED, 2001, p. 8)

Há muito tempo providências no âmbito de políticas públicas vêm sendo tomadas para que as escolas acolham a todos. Em 1994, a Conferência Mundial em Educação Especial, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho daquele ano, sob a organização do governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, adotou uma Estrutura de Ação em Educação Especial cujo princípio orientador era que:

[as] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou

outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (BRASIL, 1994, p. 17)

Essas mudanças demoram a acontecer, mas devemos buscar que elas se efetivem, assim como cobrar dos órgãos competentes recursos que devem ser disponibilizados a fim de melhorar as condições da escola e torná-la o mais inclusiva possível, um espaço onde não se separa trabalho, cultura e educação, uma instituição de ensino que considere a cultura da sua comunidade e valorize os conhecimentos que os alunos trazem consigo.

Esta seria uma proposta de educação inclusiva, entendida como um dever do Estado em parceria com a sociedade, proposta que deveria se fazer presente não apenas nos documentos oficiais e em políticas públicas, mas sim em nossas escolas, com um planejamento coerente com a realidade escolar. É necessário, portanto, não apenas que as políticas existam, mas que existam também as condições para implementá-las, de modo que problemas como a evasão e o fracasso escolar sejam de fato erradicados.

Há muitos anos Freire (1979) já nos apontava as mudanças que deveriam ser feitas para tornar a escola um lugar de aprendizagem, onde o professor aprenderia com o aluno e o aluno com o professor. Esta aprendizagem, feita com prazer, teria um significado para o aluno, seria uma troca de experiências, e o aluno se sentiria parte do processo no qual está inserido.

Uma escola que dá condições para que seu aluno busque uma melhor inserção no mundo do trabalho e possa concorrer em iguais condições com os outros trabalhadores pode contribuir muito para melhorar a qualidade de vida das pessoas. À medida que qualifica o trabalhador, a educação lhe permite conquistar um melhor posto de trabalho, com um salário condizente com suas necessidades, o que pode inclusive elevar seu nível sócio-econômico, assim como sua autoestima.

A possibilidade de uma educação no PROEJA viabiliza essa formação, instrumentalizando os sujeitos em sua busca pela inclusão na sociedade capitalista. Assim, a educação desempenha um papel social que se apoia num duplo propósito: trazer a realidade deste aluno para dentro da escola, valorizando-o; bem como permitir que ele saia da instituição levando consigo saberes diferenciados que possibilitem uma melhor qualidade de vida.

Os professores que trabalham com alunos em escolas profissionalizantes precisam ter em mente que as práticas pedagógicas devem ser diferenciadas, rompendo barreiras para aprendizagem, a fim de fazer com que estes alunos permaneçam na escola. Além disso, é preciso mostrar ao aluno a importância de tudo aquilo que ele está aprendendo ali, de modo que ele tenha certeza de que isto fará diferença na busca de uma colocação profissional, bem como no seu dia-a-dia.

Muitos professores acreditam que os alunos não conseguem aprender ou não atribuem a devida importância à aprendizagem por culpa de suas próprias dificuldades, mas não raras vezes são as práticas dos professores que têm pouco significado para os alunos, e por isso não lhes parecem atrativas. Se considerarmos as vivências dos alunos, seu cotidiano, o meio em que vivem, e tentarmos mudar a prática docente considerando estes aspectos, o aprendizado será mais fácil, mesmo para aqueles alunos com dificuldades, pois estaremos falando de algo que eles trazem consigo e sobre o qual têm conhecimento, e não de um mundo que lhes é desconhecido, fora de sua realidade.

Muitas vezes, mesmo acreditando na importância de se desenvolver práticas diferenciadas, ainda assim adotamos métodos tradicionais de ensino e aprendizagem centrados no professor, com pouca participação do aluno. Conforme menciona Senra et al. (2008, p. 21), “O que nos põe a trabalho é acreditar que uma escola só pode ser de todos e para cada um se eliminarmos as barreiras da exclusão, da discriminação e dos preconceitos.”

Portanto, devemos dar condições de aprendizagem em nossas salas de aula para todos os que ali estão. As instituições, desde o ensino fundamental ao superior, devem garantir o direito de seus alunos à educação, ao trabalho e ao lazer, pois todos, indiferentemente de suas condições materiais, culturais ou intelectuais, têm esse direito garantido por lei.

Nossas escolas poderiam contar com um serviço de apoio para os alunos, principalmente para aqueles com maiores dificuldades para enfrentar a realidade escolar. Certamente ajudaria se a escola dispusesse de um professor especializado em educação especial para dar suporte àqueles alunos e professores que necessitassem. O trabalho conjunto entre o professor da sala regular e o professor especializado poderia contribuir significativamente para o êxito da prática docente junto àqueles alunos com maiores dificuldades educacionais. Essa perspectiva de trabalho colaborativo, além de facilitar a descoberta de novos métodos e

instrumentos mais atrativos, constitui um rico exercício no sentido da compreensão das diferenças e de sua importância na aprendizagem.

De acordo com o Decreto n. 6571/2008, que trata do atendimento educacional especializado, este pode ser ofertado em todos os níveis de ensino, inclusive no ensino profissionalizante, complementando ou suplementando o trabalho do professor em sala de aula, sendo o profissional especializado um apoio para o atendimento das necessidades dos alunos, facilitando assim uma proposta de educação inclusiva. Na educação inclusiva em PROEJA, diferente de outras modalidades de ensino, ocorre uma complementação da formação do indivíduo, com o desenvolvimento de habilidades, competências de caráter profissionalizante, senso crítico, criatividade, valores e capacidade de superação. São essas as competências e capacidades mínimas para participar ativamente da sociedade contemporânea.

A educação inclusiva em PROEJA harmoniza aprendizagem com educação profissional e atendimento educacional especializado, fazendo-se articulada aos princípios de solidariedade, oportunidade, autonomia responsável, aprendizagem significativa, estabelecendo assim a associação de inclusão e inserção social, que pode permitir ao educando uma atitude pró-ativa na comunidade na qual está inserido. A mensagem implícita nessa formulação é que a combinação de profissionalização e oportunidade de aprendizagem gera inclusão, algo que os indivíduos alcançam e executam pela exploração do conhecimento profissionalizante.

A formação sob o viés profissionalizante é apresentada no PROEJA como algo que todos os indivíduos podem conquistar ativamente, sendo a inclusão um direito. No entanto, um problema frequentemente encontrado entre alunos do PROEJA é a baixa autoestima. Em geral, esses alunos chegam à escola tão desacreditados de suas capacidades que não encontram suficiente estímulo para seguir os estudos. Por isso mesmo, o olhar do professor para esses alunos deve ser diferenciado, sempre acreditando em suas potencialidades e levando-as em conta em seus planejamentos. Como diz Freire (1987), é preciso trazer para a sala de aula as experiências de vida do aluno, o que ele nos mostra de seu dia-a-dia, suas conquistas fora da escola, e aproveitar isso tudo nas práticas diárias em sala de aula.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa concepção dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 1987, p. 38)

Com uma educação nesses moldes, sempre pensando o aluno como um ser que traz consigo uma bagagem de vivências, e dela tirando o proveito necessário para o sucesso da aprendizagem, acredita-se que as práticas diárias podem melhorar muito nas escolas de PROEJA. Entre professor e aluno deve haver interação, e não apenas transmissão de conhecimentos, como se o aluno não tivesse nada para dar em troca. É importante não pensar nele como um ser que ali está somente para ouvir e não contestar, sendo o professor aquele que sabe, e o aluno aquele que apenas aprende.

Os alunos de PROEJA têm condições de estudar e apropriar-se do conhecimento, desde que este possa entrar em seu projeto de vida, desde que assuma real importância, como um meio de desenvolvimento individual ou social. No momento em que o aluno passa a ver o estudo como uma forma de garantir a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida, também passa a lhe conferir um valor maior e se aplicar na superação das próprias dificuldades.

Considerando as características próprias do PROEJA e as demandas do processo de ensino-aprendizagem inclusivo, podem ser utilizadas algumas práticas pedagógicas diferenciadas, como a busca de fontes variadas de informação (livros, jornais, revistas, internet, rádio, televisão) a serem trabalhadas em atividades de sala de aula. Além disso, podem ser utilizados materiais do cotidiano dos alunos, como, por exemplo, o lixo produzido em suas casas.

É importante ressaltar que, em sala de aula, o professor de PROEJA tem de estar atento aos diferentes níveis de aprendizagem de seus alunos. A avaliação na educação de jovens e adultos exige do professor uma atitude aberta e, acima de tudo, atenta aos avanços individuais de cada aluno, incluindo principalmente aqueles que recebem um atendimento especializado.

É preciso lembrar que o significado que o PROEJA suscita na vida dos alunos está ancorado na possibilidade de inserção no mundo do trabalho, por meio da profissionalização, que por sua vez pode proporcionar melhoria de vida através da

ascensão socioeconômica. O aluno de PROEJA não é, portanto, tão somente um aluno, mas um sujeito ativo que busca, além da aprendizagem, a superação de sua vulnerabilidade social.

Por isso, para estruturar o currículo das escolas que trabalham com o PROEJA, os conteúdos formais previstos nos PCN's devem ser organizados em face do aluno; é preciso se perguntar quem são, de onde vêm e por que ali estão. Assim se conseguirá tornar a escola significativa a ponto de o aluno sentir a necessidade de se manter ali até completar a sua formação. O currículo deve estar em constante formação, ser flexível, e todos os que fazem parte do espaço escolar devem ajudar na sua elaboração, pois o currículo é a identidade da instituição.

Com relação ao significado dos conteúdos, é interessante observar o que diz Freire, relatando a experiência de um jovem chileno, Gabriel Bode, que trabalhava com alfabetização havia mais de dois anos:

Na sua experiência, observou que os camponeses somente se interessavam pela discussão, quando a codificação dizia respeito, diretamente, a aspectos concretos de suas necessidades sentidas. Qualquer desvio da codificação, como qualquer tentativa do educador de orientar o diálogo, na descodificação, para outros rumos que não fossem os de suas necessidades sentidas, provoca o seu silêncio e o seu indiferentismo. (1987, p. 63)

Daí se percebe a importância de trazer para a sala de aula as necessidades sentidas por nossos alunos no seu cotidiano, tornando o aprendizado significativo para a sua vida diária e reconhecendo neles sujeitos críticos, e não meros espectadores. Dessa forma podemos, com a educação, possibilitar aos educandos tornarem-se sujeitos de sua própria história.

Que o povo então desenvolva seu espírito crítico para que, ao ler jornais ou ao ouvir o noticiário das emissoras de rádio, o faça não como mero paciente, como objeto dos "comunicados" que lhes prescrevem, mas como uma consciência que precisa libertar-se. (FREIRE, 1987, p. 68)

Em suma, quando os profissionais fazem a opção por trabalhar em escolas de PROEJA, devem ter consciência de que, na maioria das vezes, têm um desafio pela frente: o de dar uma nova oportunidade para aqueles que não a tiveram na idade apropriada, viabilizando a inserção dos educandos no mercado de trabalho e a conquista de sua cidadania.

Não devemos chamar o povo à escola para receber instrução, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe ser sujeito de sua própria história. (FREIRE, 2001, p. 16)

Os professores devem dar aos alunos oportunidades de novas descobertas, sabendo atuar com a diversidade existente nas salas de aula, sempre partindo do conhecimento prévio dos alunos, usando-os como estratégias metodológicas para tornar a aprendizagem significativa e produzir novos conhecimentos. Além disso, é preciso ter em conta que, em escolas que trabalham com jovens e adultos, encontram-se alunos que, na maioria, tiveram sua vida escolar interrompida, e muitos com dificuldades de aprendizagem por diversas razões. Em vista disso, é muito importante o olhar diferenciado do professor, sempre tentando mostrar o que a educação pode proporcionar a estes alunos que estão de volta à escola, fazendo com que acreditem na importância da busca por uma melhor qualificação, a despeito de todas as dificuldades muitas vezes enfrentadas para estarem ali.

FORMAÇÃO DOCENTE NO PROEJA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Quando se fala em formação docente no PROEJA e educação inclusiva, deve-se ter em mente que os professores atuantes neste programa de ensino formarão profissionais, os quais possam usar suas vivências e experiências no mercado de trabalho e que seus alunos frequentemente têm limitações, muitas vezes por estarem há muito tempo fora da escola. Por isso, deve-se apresentar uma proposta de trabalho que leve em conta não só as dificuldades, mas sobretudo as potencialidades desses alunos. Deve-se, pois, respeitar a diversidade e considerar as necessidades dos alunos, atuando no sentido de viabilizar a sua inserção no mundo do trabalho com reais possibilidades e condições. Devemos pensar em uma formação docente realmente comprometida com a transformação da realidade social dos alunos, com a oferta de uma educação de qualidade, com práticas pedagógicas que superem possíveis limitações.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), a educação deve formar o aluno para a vida, tendo por finalidade o seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDBEN). Assim, aos educadores cabe buscar uma formação que lhes dê subsídios para encontrar os métodos que melhor auxiliem os alunos na busca da sua cidadania. O respeito aos direitos individuais e o compromisso com o desenvolvimento da capacidade crítica do aluno devem estar sempre no horizonte de preocupações dos professores, a fim de que possam instrumentalizar os alunos para buscar seu lugar no mundo do trabalho.

As instituições que ofertam cursos profissionalizantes devem proporcionar ao seu quadro de professores cursos de formação continuada, seminários, encontros semanais, onde os professores possam trocar ideias, socializar as experiências vivenciadas em sala de aula, fazer planejamentos em conjunto. É importante que se tenha um currículo interdisciplinar e momentos em que os professores possam simplesmente fazer uma reflexão sobre seus métodos de ensino e sobre o próprio PROEJA. São momentos como esses que tornam a prática pedagógica passível de dar certo, pois juntos os professores têm mais chances de alcançarem o sucesso de seus alunos, pensando ações coletivas e tentando conhecer sua clientela, seus

desejos e sua realidade. Esse espaço de socialização torna-se um instrumento de qualificação docente, à medida que permite partilhar as práticas que estão tendo sucesso e buscar soluções para aquelas que não alcançaram seus objetivos mediante a investigação das possíveis causas.

Trabalhar com jovens e adultos nos faz repensar objetivos, selecionar conteúdos e estabelecer formas do fazer docente adequadas às especificidades dessa modalidade de ensino e dessa clientela. Os jovens e adultos trazem consigo uma bagagem de conhecimento que se relacionará direta ou indiretamente com o que irão aprender na escola. Quando uma pessoa enfrenta uma nova aprendizagem, relembra os conceitos adquiridos ao longo de sua caminhada, o que a faz pensar em como utilizar esses conhecimentos já estabelecidos para auxiliar no novo. Por isso a importância de os professores terem consciência de onde vem seu aluno e aonde ele quer chegar, para auxiliar na elaboração das práticas pedagógicas a serem utilizadas.

Para levantar informações desse tipo, os professores devem ter um perfil investigativo, é preciso saber ouvir, dialogar e observar seus alunos. Ter curiosidade para saber quem eles são e tentar descobrir quais desafios eles enfrentam diariamente para chegarem até a escola e que disposição eles têm para aprender. Com isso, podem propor atividades até mesmo simples, mas condizentes com os interesses dos alunos ali presentes.

Devemos buscar pedagogias transformadoras, que venham a favorecer a autonomia moral e intelectual dos jovens estudantes, a fim de torná-los cidadãos críticos e ativos, que consigam levar os conhecimentos adquiridos para junto da sociedade e aplicá-los no seu cotidiano. É preciso, enfim, preparar os alunos para viverem em uma democracia. Por isso é importante que a pesquisa faça parte do cotidiano do professor. Como afirma Freire, “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. [...] Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. [...] Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (1997, p. 32).

No enfrentamento deste novo programa de ensino que é o PROEJA, os professores preocupados com a educação contemporânea devem formar grupos que leem, compreendem e interpretam os dados da realidade, buscando novas metodologias e práticas pedagógicas diferenciadas, que contemplem as reais

necessidades e interesses de seus alunos, devendo ser este um processo constante dentro da escola, envolvendo todos os professores que dele fazem parte.

Como nos mostra Nóvoa (1991), a escola é vista como um lugar de formação continuada do educador; é lá que o professor aprende e desaprende. É na escola que devemos buscar aprimoramento para nossas práticas pedagógicas diárias; por isso a importância de os educadores terem a oportunidade de uma formação continuada.

A formação continuada deve estar articulada com o desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos. (NÓVOA, 1991, p. 30)

É importante que esta formação se realize em torno dos interesses e necessidades dos professores, na busca de soluções para os problemas enfrentados em sua prática diária, sendo esta formação significativa para o grupo docente. Para pôr em prática uma tal formação, e para que ela de fato ocorra, as escolas devem estar preparadas para as mudanças, com políticas claras e com recursos humanos necessários para que elas aconteçam, dando condições e subsidiando a busca de recursos e pesquisas em prol da escola – o que é um desafio para os nossos sistemas atuais.

A formação deve ser oportunizada continuamente, pois a cada dia nos colocamos frente a novas situações: os alunos que chegam diariamente à escola são diferentes, vêm de realidades diferentes, buscam algo novo que possa melhorar sua realidade. Estamos expostos a grandes desafios o tempo todo, e uma formação continuada nos ajudaria, não para nos reciclar como se fôssemos objetos ou produtos com “validade vencida”, mas para nos dar melhores condições de avaliar o potencial dos antigos e novos saberes e instrumentais face às novas demandas criadas pela dinâmica da sociedade contemporânea, num processo que nos respeita enquanto pessoas com história e saberes próprios (NÓVOA, 1995; ZEICHNER, 2000).

Tanto a modalidade PROEJA como a educação inclusiva ainda são consideradas como algo novo. Estamos em construção, buscando as melhores condições para exercer, na prática, o que já existe no âmbito das políticas públicas. Mas tudo depende de esforços coletivos no sentido de uma mudança na postura de

todos os envolvidos com este processo, desde políticos, educadores, família, etc., para atingirmos esta meta comum que é a garantia de uma educação de melhor qualidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a educação é a porta de entrada para novas oportunidades e para uma melhor qualidade de vida. Acreditamos que é através da educação que podemos mudar o rumo de jovens e adultos, hoje muitas vezes sem perspectivas, mostrando a eles que é com o conhecimento que podem alterar significativamente não apenas seu padrão cultural, mas também seu nível sócio-econômico. Por meio do estudo, eles podem ampliar suas chances de conquistar um lugar no mundo do trabalho e com isso elevar seu padrão de vida, e conseqüentemente sua autoestima.

O governo federal apresenta muitas propostas para a educação inclusiva no Brasil, mas na prática ainda estamos caminhando a passos lentos. Contudo, devemos todos acreditar que juntos poderemos qualificar o processo educacional brasileiro; toda a sociedade deve apostar nesta causa e tentar implementar as leis que já existem.

Uma escola inclusiva, que trabalhe com as diferenças, é a nossa escola ideal, que esteja preparada para acolher a todos sem distinção. Todavia, este não é um ideal de fácil concretização, pois as mudanças necessárias para tanto perpassam toda a organização institucional – proposta pedagógica da escola, metodologia de ensino, prática pedagógica, gestão escolar, profissionais qualificados, disponibilidade de pessoal no quadro de recursos humanos, entre outros aspectos. Apenas juntos poderemos buscar uma educação eficaz e tornar a escola um espaço de acolhida a todos. Os cursos de formação revelam-se uma importante ferramenta para as instituições, constituindo um espaço propício a discussões acerca das possíveis maneiras de melhorar as condições das escolas.

Dessa forma, através das relações tecidas no corpo desse trabalho, chegamos à conclusão de que estamos no caminho certo na busca por uma educação melhor, o que é um desafio, pela diversidade econômica, social e cultural que encontramos em nossas instituições de ensino. Nossos jovens e adultos, que por muito tempo ficaram esquecidos pelo sistema, nos dias de hoje, através dos cursos profissionalizantes que o programa PROEJA oferece, têm uma nova oportunidade.

Mesmo assim, com elaboração de políticas públicas direcionadas a essa modalidade de ensino, ainda temos muito a fazer e a conquistar, visto que a educação inclusiva, educação de jovens e adultos, educação profissional e os docentes que atuam nestas modalidades de ensino, em muitos momentos, têm sido tratados pelo poder público com ações compensatórias, de caráter assistencialista. É preciso que as escolas lancem um olhar para além do momento e busquem elementos na história da educação brasileira que nos ajudem a (re)pensar um caminho mais democrático, que oportunize ao educando tornar-se um cidadão crítico e autônomo na sociedade onde vive.

Diante do trabalho realizado, conclui-se que, na vida de jovens e adultos que obtiveram a oportunidade de voltar a frequentar a escola, mais especificamente o PROEJA, a educação colaborou para elevar a sua qualidade de vida, tornando-os mais críticos na busca por melhores condições sócio-econômicas.

Para Freire (1997, p. 18), “A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” O cidadão que constrói o seu conhecimento é um indivíduo capaz de reconhecer a relevância das informações disponíveis e construir valores a fim de transformar a sociedade, na qual está inserido.

Dessa forma, pode-se afirmar que a presente pesquisa atingiu seu propósito, ao debater a questão inicial que a originou, ou seja, refletir como o processo inclusivo no PROEJA interfere na qualidade de vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1961. Brasília, 1961.

_____. Constituição Federal do Brasil. Brasília: 1988

Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: 1990

Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/ SEESP, 1994.

_____. Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Brasília: MEC/SEF/SEEFP, 1998.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Resolução CNE/CP nº 1/2002, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

_____. **PROEJA. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ensino Médio**. Brasília, Ministério da educação, 2007a.

_____. **PROEJA. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ensino Fundamental**. Brasília, Ministério da Educação, 2007b .

_____. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/ SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto n. 6571/2008**. Diário Oficial da União. Brasília, 2008.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1880.

_____. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Poesias*. **Revista Nova Escola**, n. 168. Jun./ Jul. 2003.

_____. **Revista de Educação**. APEOESP, n. 9, Jun. 1998, p. 1.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

NÓVOA, Antônio. Concepções e práticas da formação contínua de professores: In: NÓVOA, Antônio (Org.). **Formação contínua de professores: realidade e perspectivas**. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

_____. **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995a.

_____. **Profissão Professor**. 2. ed. Porto: Porto, 1995b.

SENRA, Ana Heloisa et al. **Inclusão e singularidade: um convite aos professores da escola regular**. Belo Horizonte: Scriptum, 2008.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de ensino a distância da UFSC, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZEICHNER, K. Formação de professores: contato direto com a realidade da escola. **Presença Pedagógica**, v. 6, n. 34, Belo Horizonte, jul./ago. 2000.